



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE FILOSOFIA**

JOSENILDA ARAÚJO DA SILVA

**DA REPÚBLICA DE GENEBRA À REPÚBLICA DO BRASIL: uma leitura da
realidade do Nordeste brasileiro a partir do conceito de desigualdade em Rousseau.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**

JOSENILDA ARAÚJO DA SILVA

DA REPÚBLICA DE GENEBRA À REPÚBLICA DO BRASIL: uma leitura da realidade do Nordeste brasileiro a partir do conceito de desigualdade em Rousseau.

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico - apresentado à Coordenação do Curso de Filosofia, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586r Silva, Josenilda Araújo da
Da república de Genebra à república do Brasil [manuscrito] :
uma leitura da realidade do Nordeste brasileiro a partir do conceito
de desigualdade em Rousseau. / Josenilda Araújo da Silva. - 2017.
28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de
Filosofia".

1. Desigualdade 2. Propriedade privada 3. Nordeste
brasileiro. 4. Contratualismo. 5. Marxismo. I. Título.

21. ed. CDD 140

JOSENILDA ARAÚJO DA SILVA

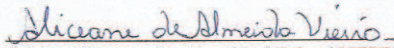
DA REPÚBLICA DE GENEBRA À REPÚBLICA DO BRASIL: uma leitura da realidade do nordeste brasileiro a partir do conceito de desigualdade em Rousseau

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

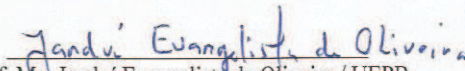
Aprovado em 31/07/2017.



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB
Orientador



Prof. Ma. Aliceane de Almeida Vieira / UEPB
Examinadora



Prof. Me. Janduí Evangelista de Oliveira / UEPB
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu saúde para que eu pudesse chegar até aqui, que fez com que eu acreditasse um pouquinho em mim, que me sustentou e me deu forças para superar os meus medos (que não são poucos) e os muitos obstáculos que encontrei pelo caminho.

Aos meus pais, Lourdes e José, guerreiros agricultores, meus heróis, minha vida, à eles devo tudo o que sou, por isso, minha eterna admiração e meu muito obrigada. A minha irmã, Joseilma, meu cunhado Marcos e aos meus sobrinhos, Marcos Vinícius e Mariana, a quem chamo de anjos, pois sabem, com um sorriso, fazer com que o meu dia, por mais difícil que tenha sido, fique sempre muito melhor.

Aos meus avós, Mariana, Raimundo e Antônio (*in memoriam*) e Josefa, que não tiveram a oportunidade de estudar, porém foram sempre presentes na minha infância, ajudando na minha criação, na minha educação e sempre souberam me mostrar o que realmente se deve valorizar nessa vida.

A Dr. Fernando Porto (*in memoriam*), que sempre me incentivou nos estudos. Muito obrigada pelos ensinamentos na vida e, principalmente, por ter me encaminhado na vida profissional.

A todos os meus tios queridos.

Ao professor, Dr. Valmir Pereira, por ter aceitado orientar e corrigir o meu trabalho e pelo seu empenho e dedicação nas diversas análises deste.

Ao Departamento/Coordenação do curso de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, a todos os professores com os quais tive o privilégio de assistir aulas desde o início deste curso.

Aos meus grandes e queridos amigos, que sempre acreditaram em mim (muitas vezes, até mais do que eu). Meu muito obrigada por me ajudarem e apoiarem nesta longa caminhada.

Muito obrigada a todos pela maneira com que me incentivaram nesta jornada em busca de novos horizontes e a trilhar por esse caminho repleto de novos saberes.

Se os filósofos, apesar de seu afastamento necessário do cotidiano dos assuntos humanos, viessem um dia a alcançar uma filosofia política, teriam que ter como objeto de seu “labor” a pluralidade do homem, da qual surge – em sua grandeza e miséria – todo o domínio dos assuntos humanos (ARENDR, 1993)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. SOBRE A DESIGUALDADE EM ROUSSEAU.....	7
3. A REPÚBLICA DE GENEBRA.....	9
4. SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA NO PENSAMENTO DE ROUSSEAU.....	11
5. A REPÚBLICA DO BRASIL.....	16
5.1 A elite, o atraso e os golpes.....	22
6. CONCLUSÃO.....	24
7. REFERÊNCIAS.....	26

DA REPÚBLICA DE GENEVRA À REPÚBLICA DO BRASIL: uma leitura da realidade do Nordeste brasileiro a partir do conceito de desigualdade em Rousseau.

JOSENILDA ARAÚJO DA SILVA¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo foi tratar um de tema filosófico tão relevante quanto o Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os Homens, obra de Jean Jaques Rousseau, filósofo contratualista, que atribui à criação da propriedade privada como a primeira causa da origem da desigualdade. Buscamos na obra O manifesto comunista, de Karl Marx, a fundamentação necessária à proposição deste artigo. Enfocamos a realidade brasileira com recortes na literatura de José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos, como “sociólogos e romancistas da fome no Brasil”, para uma leitura da realidade do Nordeste brasileiro, visto a partir do conceito de desigualdade em Rousseau. Por fim, encontramos em Eduardo Galeano, na sua obra As veias abertas da América Latina, os conceitos e análises para comparar a virtuosa República de Genebra com as vicissitudes da República do Brasil. Nessa direção, verifica-se nos cenários literários a ratificação da primorosa obra do filósofo genebrino.

Palavras-chave: Rousseau. Desigualdade. Fome. Propriedade privada. Sertão nordestino.

1 INTRODUÇÃO

Pretende o artigo presente, traçar um paralelo entre *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, na obra de Jean Jaques Rousseau (1712-1778) e a realidade da república brasileira do pós-guerra (Terceira República),

¹ Aluna de Graduação em Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba, Campus I.
E-Mail: cggrampola@hotmail.com

acerca da exploração do homem pelo homem, onde a apropriação dos meios de produção geram bolsões de pobreza, principalmente, nos estados nordestinos com o coronelismo onde a terra e a seca se tornam questões cruciais, aliadas aos fenômenos maléficos dos fatores que atingem a soberania, provocando desemprego, fome, êxodo, estelionato eleitoral e, um mal irreparável: a desconstrução da cidadania conquistada com sangue, suor e lágrimas na história republicana brasileira.

Uma vez que Rousseau atribui a institucionalização da propriedade privada como uma das causas à origem desigualdade entre os homens, buscar-se-á no filósofo Karl Marx (1818 – 1883) a fundamentação necessária à proposição deste artigo e, enfocando a realidade brasileira com recortes na literatura de José Américo de Almeida (1887 -1980), Raquel de Queiroz (1910 – 2003) e Graciliano Ramos (1892 -1953) como *se fossem “sociólogos e romancistas da fome no Brasil”* e, por fim um recorte na *Geografia da Fome* de Josué de Castro (1908 -1973) a quem, juntamente com o escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940 – 2015), se recorre à qualificação das argumentações aqui apresentadas.

2 SOBRE A DESIGUALDADE EM ROUSSEAU

Jean Jacques Rousseau, por haver nascido já órfão de mãe – que morre em trabalho de parto em 1712 na cidade de Genebra, na Suíça – viveu parte da infância com seu pai e em seguida convive com parentes de sua mãe. Ainda jovem, aos 16 anos, aventura-se na vida e é acolhido por uma mulher da nobreza francesa Françoise-Luise de Warrens (1699 – 1762), na província de Savoy, logo se tornando sua amante. Atraído pela baronesa Rousseau se converte ao catolicismo deixando, assim, o calvinismo. Em Paris, após seus 30 anos de idade, faz amizade com filósofos iluministas, se tornando compositor com carreira breve, mas bem-sucedida. Em 1745, aos 33 anos, conhece Thérèse Levasseur, com quem tem cinco filhos, mas sem tê-los criado, entrega-os à adoção, motivo pelo qual, certamente, os remorsos são marcantes em parte de sua grande obra.

É nesse cenário de profundas mudanças na vida daquele genebrino, que a Academia de Dijon lança um concurso com o desafio para a intelectualidade responder a pergunta, qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se é autorizada pela lei natural? Essa questão levou Rousseau ao autoexílio para encontrar repostas àquela

indagação. Por esse tempo formulou as bases sobre as quais estão sedimentadas as desigualdades sociais e morais na sociedade dos homens.

Teórico da política, Rousseau baseia-se nas sociedades primitivas, daí conclui que toda desigualdade entre os homens ocorre em razão da propriedade privada criada pelo próprio homem. À época Rousseau já era considerado um dos principais filósofos do iluminismo, bem como um dos precursores do romantismo. Já tendo atingido a fama, radicaliza e opta por recolhe-se ao campo, em 1756, durante seis anos, período em que produz *O Contrato Social*, *Emílio* e o romance *A Nova Heloísa*, suas obras mais célebres, despertando a ira de monarquistas e religiosos, à época.

Em 1778, morre Rousseau, no interior da França, não sem antes provocar no homem a busca por sentimentos nobres como liberdade e igualdade, objetos de seus estudos e pesquisas, em defesa de uma volta à natureza, à excelência do estado natural do homem, cujos direitos coletivos seriam preservados por um contrato social e por este garantidos.

Poucos anos depois de sua morte ocorre a Revolução Francesa, fato que o liga fortemente àquele evento dada a sua influência ao pensamento de sua contemporaneidade, inspirando dois dos três lemas da Revolução Francesa, na trilogia *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* levados a cabo por homens como Robespierre (1758-1794)², um dos mais importantes líderes da revolta contra o regime monárquico francês e grande admirador da obra rousseauiana, período em que a França se encontrava sob a escuridão do *Absolutismo* onde um rei se valia do poder absoluto, respaldado pela nobreza e um clero afundado em privilégios mantidos pela realeza. Estes fatos provocam, ao final do século XVII, a comoção dos camponeses e da burguesia francesa motivada por uma enorme contradição político-social. De um lado convivendo com o ideário iluminista, do outro um estado monárquico absolutista impregnado por costumes e tradições feudais, o que divide a França em classes sociais diversas a partir da situação econômica e os privilégios que o estado proporciona. Segundo o próprio Rousseau, em *Confissões*, reputa como enorme elogio o fato de Denis Diderot³ (1713-1784 ter na *Origem da Desigualdade* a obra que mais apreciava.

Rousseau, em seu discurso “Sobre a Origem da Desigualdade” faz um périplo pela história da humanidade, desde a gênese do estado da natureza até chegar ao estado

²**Maximilien François de Robespierre**: apelidado “O Incorruptível”, nascido em Arras, em 1758, na França, foi um dos principais personagens da revolução que mudou aquele país com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

³**Denis Diderot** foi um grande escritor francês, enciclopedista e ainda filósofo.

dito civilizado mostrando e discutindo as contradições e antagonismos existentes na história da civilização, sugerindo uma volta ao estado primeiro, natural, agora sob formato novo. O princípio que norteia a obra rousseuniana está na tese de que o homem é bom por natureza, porém submisso à sórdida e corruptora influência da sociedade onde se insere e, ainda conforme Rousseau (1983), numa civilização que peca na tentativa de atingir o bem comum em decorrência de dois tipos de desigualdade. Uma oriunda das características individuais de cada ser humano; outra como causa de fatores sociais. A primeira desigualdade é natural, segundo Rousseau, mas a segunda há que ser combatida, posto que é nociva, retirando do homem a sua liberdade. O filósofo genebrino refuta preciosa a liberdade no homem que, quando a perde, perde também o significado como humano. O autoconhecimento (certamente baseado no fundamento socrático do “*conhece-te a ti mesmo*”) é preconizado por Rousseau, na obra “*Emílio*” ou “*Da Educação*”, como um meio de retomar sua liberdade tolhida pela sociedade, busca que sugere, aliás, seja feita mais pela emoção – entrega aos sentidos naturais –, que propriamente pela razão.

3 A REPÚBLICA DE GENEBRA

Em sua dedicatória à República de Genebra, onde proclama o Estado ideal, Rousseau inicia com um paralelo entre a igualdade propiciada pela natureza e a desigualdade instituída pela civilização. Investido de teórico político produz uma teoria da moralidade com os pressupostos da experiência e da prática, sugerindo ao indivíduo um compromisso social na qual a moral seja norteadora à reconstituição de uma sociedade por meio do agir sob os auspícios da lei e da justiça sejam reais valores.

Rousseau, assim se dirige aos magníficos, muito honrados e soberanos senhores genebrinos:

[...] Se tivera de escolher o lugar de meu nascimento, teria escolhido uma sociedade de tamanho limitado pela extensão das faculdades humanas, isto é, pela possibilidade de ser bem governada e na qual, bastando cada um a seus encargos, ninguém fosse obrigado a incumbir outros das funções de que fora encarregado; um Estado no qual todos os particulares se conhecessem entre si, onde as manobras obscuras do vício e a modéstia da virtude não pudessem furtar-se aos olhos e ao julgamento do público, e onde esse hábito agradável de ver-se e de conhecer-se transformasse o amor da pátria em amor dos cidadãos, mais do que em amor da terra. [...] Não desejaria, de modo algum, morar numa república de instituição nova, ainda que tivesse leis boas,

temendo que o Governo, constituído talvez de modo diferente daquele que devesse ser para o momento, não conviesse aos novos cidadãos, ou os cidadãos ao novo Governo, e ficasse o Estado sujeito a abalar-se e destruir-se quase desde o nascimento. Porque acontece com a liberdade o que se dá com esses alimentos sólidos e succulentos ou com esses vinhos generosos, apropriados para nutrir e fortificar os temperamentos robustos que têm o hábito deles, mas que abatem, arruinam e atordoam os fracos e delicados, que absolutamente não lhes são afeitos. (ROUSSEAU, 1997, p. 33-34-35).

Rousseau parece criar um mundo ilusório, talvez na tentativa de enganar a si mesmo face a nua e crua realidade em que se encontra a sociedade que vivencia. A política idealizada pelo filósofo genebrino está longe de ser a política praticada em sua contemporaneidade. Sua angústia é retratada em seu discurso quanto à origem da desigualdade entre os homens, no qual se martiriza num mundo que não mais existente, cheio da pureza do homem natural, donde projeta outro mundo num universo ainda por se dar fora do concreto e tão abstrato quanto seus sonhos, uma vez que nutre o desejo de haver nascido em um país cujo soberano e seus súditos (o povo) almejassem os mesmos objetivos:

Teria desejado nascer num país no qual o soberano e o povo não pudesse alimentar senão um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina tendessem somente para a felicidade comum. Não podendo tal coisa suceder, a menos que o povo e o soberano não sejam senão uma mesma pessoa, conclui-se que eu desejaria ter nascido sob um governo democrático, sabiamente equilibrado. (ROUSSEAU, 1997, p. 34).

É na moralidade que Rousseau planta seus sonhos de um mundo em que se tenha a possibilidade da liberdade e igualdade. A fraternidade, como se viu, é tema que compõe a trilogia – inspiração de Rousseau – simbólica da Revolução Francesa: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. É nessa moral que o filósofo funda seu pensamento e propõe como um norte para que se chegue à perfeição. De modo diferente já propagava o filósofo Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*, cujo objetivo era trabalhar o indivíduo na perspectiva de atingir o Sumo Bem, a Felicidade. Tanto quanto Aristóteles difere Immanuel Kant. O filósofo alemão apregoa seus imperativos à conquista do ser perfeito. O Imperativo Categórico, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, preconiza: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, pela

vontade tua, em lei universal da natureza" (KANT, 2008, p. 52). O que trocando em miúdos quer dizer "Faz aos outros aquilo que desejas fizessem contigo".

Jean Jacques Rousseau não abre mão de colocar o homem como ser social, abdicando de sua individualidade, o que certamente aumenta seu dilema e sua angústia ou não valeria a máxima "O homem nasce bom, a sociedade o corrompe", e isso explica o fato de Rousseau reconhecer que o Estado de Natureza não teria sido uma realidade histórica, mas uma elaboração ou pressuposto lógico, pondo um certo descrédito na tal "democracia verdadeira", que também deveria estar apenas no campo das hipóteses e especulações. Rousseau é incansável na defesa da liberdade e igualdade entre os homens, temas recorrentes em suas obras, desde o Estado Natural, à sociedade civil que se corrompe pelos poderosos até a sociedade virtuosa, ou República, apontada em seu *Contrato Social*, em que o capítulo VI - Livro I, preconiza a alienação e os direitos individuais e sociais quando afirma que as cláusulas, quando bem absorvidas pela comunidade, condensam-se em apenas uma. Nessa etapa, Rousseau trata da alienação total dos indivíduos sociais bem como dos seus direitos e da comunidade de modo genérico, como sugere Rousseau (1978) "Em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por torná-la onerosa aos demais". Rousseau não trata da alteridade como o termo suscita, mas enfatiza o respeito ao outro, aos seus direitos como homem, mesmo aquele cujo estado de natureza já não mais exista.

A mutação existente na passagem do estado primitivo à sociedade civil é observada por Rousseau como difícil e longa, um processo histórico que não prescinde as inter-relações e a dependência cada vez mais acentuada entre os seres de forma mútua e respeitosa. Nela reside a divisão do trabalho cujo contrassenso é a possibilidade evidente do aparecimento das desigualdades, a perda de liberdade e a exploração do homem pelo homem que convergem, inevitavelmente, para a opressão e os conflitos.

4 SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA NO PENSAMENTO DE ROUSSEAU

Aqui se adentra mais precisamente na questão da propriedade – como um preâmbulo à segunda parte do discurso sobre a origem da desigualdade –, fator preponderante no que concerne ao discurso rousseauiano quando sugere que a terra, em seu estado de fertilização natural, contando com a exuberância florestal sem as

mutações sofridas ao longo de sua história abriga, nutre e sacia homens e animais das mais variadas espécies. Os homens, por seu turno, dispersos ou em grupos, assimilam os modos de sobrevivência da animalia, imita-os prevalecendo-se das vantagens da fala e demais fatores sensíveis para produzir o que Rousseau denomina de indústria para se nutrir de toda variedade de alimento abundante da natureza, o que lhe rende a subsistência com mais facilidade que os não racionais.

Os homens, expostos à natureza desenvolvem, desde os mais primitivos, instintos de defesa que os possibilita conviver com intempéries naturais mesmo que desprovidos de vestuários e armamentos. Desde a idade pueril vão à labuta diária pela subsistência, tendo que enfrentar animais ferozes, o que os torna fortes. Esparta, cidade grega, serve de parâmetro ao exemplo rousseauiano quando comparada com a formação do homem natural:

A natureza faz com eles precisamente como a lei de Esparta com os filhos dos cidadãos; torna fortes e robustos aqueles que são bem constituídos e leva todos os outros a perecerem, sendo quanto a isso diferente de nossas sociedades, onde o Estado, tornando os filhos onerosos para os pais, mata-os indistintamente antes do nascimento (ROUSSEAU, 1997, p. 58).

Rousseau, a partir de então, se lança às comparações entre o homem natural e o social, elegendo cada elemento de suas peculiaridades na tentativa de demonstrar as vantagens das habilidades naturais e suas performances diante dos mais variados obstáculos que a vida lhes impõe, claro que hipoteticamente, embasado em suas pesquisas. O homem natural (ou primitivo) levava sua vida em bandos quando precisava satisfazer as mais prementes necessidades, tais como alimentação, proteção e mesmo a procriação. Uma vez findas essas empreitadas, rumavam de forma isolada, contudo outras necessidades se apresentavam a partir de sua evolução na percepção das coisas ao seu redor. As noções rudimentares foram paulatinamente substituídas, primeiro abandonando a ideia de nômades, fato que traz a indústria da propriedade. A posse se inicia com animais, terras, armamentos e outros utensílios e, até, de outros seres humanos. A ideia de propriedade e posse não se pode dissociar da noção de acumulação de bens, o que concorre, também e inevitavelmente, para superioridade e a desigualdade geradoras de conflitos entre os homens, tribos e nações.

Dai ao homem civilizado o tempo de reunir todas essas máquinas à sua volta; não se poderá duvidar que, com isso, sobrepassa, com facilidade, o homem selvagem. Se quiserdes, porém, ver um combate mais desigual ainda, deixai-os nus e desarmados uns defronte dos outros, e logo reconheceréis qual a vantagem de sempre ter todas as forças à sua disposição, de sempre estar sempre pronto para qualquer eventualidade e transportar-se, por assim dizer, sempre todo inteiro consigo mesmo. (ROUSSEAU, 1997, p. 59).

Rousseau interpela o bom senso, indagando (até de forma irônica se assim foradito em tempos de agora), como se sentem os homens ditos civilizados com tantos dons, posses e uma vida de futilidades, ainda mais quando se usufrui dos bens – naturalmente de todos – em prejuízo de outrem. Assim nada teria sentido, pois “de que servirá a beleza onde não houver amor de espécie alguma? De que serve o espírito a pessoas que não falam e a astúcia aos que não têm interesses? Ouço sempre dizer que os mais fortes oprimirão os fracos”, (ROUSSEAU, 1997, p. 83). Ademais, quando a desigualdade conduz a dominação com violência, em que muitos serão submetidos a sofrimentos a partir dos caprichos ao bel-prazer de poucos. Essa advertência se dá com base nos seres sociais, contrariamente aos “selvagens” que não se utilizam nem se deixam utilizar pelos excessos: não dominam nem se deixam dominar.

[...] e quais poderão ser as cadeias da dependência entre homens que nada possuem? Se me expulsam de uma árvore, sou livre de ir a uma outra; se me perseguem num certo lugar, que me impedirá de ir para outro? Se encontrar um homem com força bem superior à minha e, além disso, o bastante depravado, preguiçoso e feroz para obrigar-me a prover a sua subsistência enquanto nada fizer, será preciso que ele se resolva a não me perder de vista um só instante e ter-me amarrado com muito cuidado enquanto dormir, temendo que eu escape ou que o mate, isto é, será obrigado a expor-se voluntariamente a um trabalho muito maior do que deseja evitar e do que dá a mim mesmo. Depois de tudo isso, sua vigilância amaina um pouco, um ruído imprevisto faz com que volte a cabeça, ando vinte passos em direção à floresta, meus grilhões se quebram e ele nunca mais me vê em toda a sua vida. (ROUSSEAU, 1997, p. 83).

O homem primitivo evolui, apropria-se da cultura e transforma a natureza a seu favor, mas longe dessa ser uma tese rousseauiana. Com a noção de propriedade já não há mais sentido em ser nômade. Sua comodidade faz surgir um aparato de coisas que lhe sirva como extensão do seu corpo, daí os utensílios que o auxiliam na labuta com a terra, animais e seu deslocamento posto que surge, também, a roda para além dos

afazeres domésticos, servindo às conquistas de territórios, provocando mais conflitos e, por conseguinte, mais desigualdade.

A propriedade agora é cercada, onde o pilão rudimentar evoluindo para o monjolo, mais a tração animal, ampliam a produção e, ocasionam o excedente. Há o estoque e há a especulação com o surgimento da moeda. A terra passa a ter outros valores que não apenas a agricultura. Quem a possui não precisa, necessariamente, trabalhá-la, mas explorá-la como moeda de troca. A escravidão depois os meeiros são resultados dessas formas de apropriação dos meios de produção:

O VERDADEIRO FUNDADOR da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu*, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!". Grande é a possibilidade, porém, de que as coisas já então tivessem chegado ao ponto de não poder mais permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependendo de muitas ideias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. (ROUSSEAU, 1997, p. 87).

Em 1818, quarenta anos após a morte de Rousseau, nasce o filósofo Karl Marx que é influenciado pela obra rousseauiana, investiga na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos (Manuscritos de Paris)*, as relações entre economia política e o Estado, sob a égide do Direito e da Moral bem como da sociedade civil. Acrescenta uma crítica à enorme contradição dialética representada pela relação capital/trabalho e seus reflexos sobre alienação da mão de obra onde o lucro e a mais-valia são um fosso entre o dono dos meios de produção e o trabalhador. Por essa ótica há uma divisão social onde o dono dos meios de produção e da propriedade é o capitalista, o que vende sua força de trabalho é subjugado, o trabalhador cujo trabalho alienado propicia a acumulação de riquezas daquele que o subjuga, justificando as desigualdades apontadas por Rousseau.

É na relação entre trabalho e capital que surge a crítica de Marx. Segundo o filósofo, o trabalhador é inteiramente submisso ao capital revelando-se, assim, em sua manifestação subjetiva e, sendo ele um capital vivo é refém do capital, tornando-se um capital a serviço do capitalista que, via de regra, só o reconhece como trabalhador

negando sua condição de homem com as mesmas necessidades daquele. Quando sua mão de obra não serve mais ao capitalista, o trabalhador é expurgado, não existe para o capital assim como toda espécie humana fora do contexto capitalista burguês em que o trabalhador é visto apenas como mercadoria, ainda enquanto lhe serve.

Em seu *Manifesto Comunista*, com o grito de “*Proletários de todos os países, uni-vos*”, Karl Marx e Friedrich Engels lançam críticas severas à questão da propriedade privada e ao monopólio dos meios de produção pelos capitalistas, colocando as lutas de classe como o embrião de todas as desigualdades. Insurgindo-se contra o monopólio da propriedade particular e dos meios de produção, Marx e Engels (1848, p. 9) inauguram suas críticas alegando que “*a burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos*” (Grifo nosso). E seguem fazendo uma narrativa história acerca dessas questões:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado (MARX e ENGELS, 1848, p. 7 – 8).

A burguesia nutriu-se do sistema feudal para criar seus meios de produção e de escambo, exatamente na forma em que a sociedade feudal produzia e fazia suas trocas. Nutriu-se, do mesmo modo, da organização feudal na agricultura bem como do seu regime de propriedade que sucumbiu no ápice do desenvolvimento. A burguesia destruiu a economia feudal em nome do progresso ali representado pela livre concorrência, pilar das sociedades capitalistas que, dependendo do grau de uma crise, usa de protecionismos entre seus iguais. A classe burguesa declarou, então, sua supremacia a partir do esmagamento do feudalismo.

Mas em sendo a história cíclica, o capitalismo que apresentou sua pujança a partir da revolução industrial, está em profunda crise existencial, posto que não se sustenta nos pilares que o mantém explorando o homem e exaurindo a natureza, numa perversa e destrutível contradição.

5 A REPÚBLICA DO BRASIL

A Filosofia não é algo hermético, posto que tem na subjetividade requisito preponderante. Ela está na vida cotidiana, o que a faz dinâmica e presente. Por isso se pretende, nesta secção, confrontar as virtudes da República de Genebra com as vicissitudes da República do Brasil, tarefa que aqui se empreende sob a ótica de autores e cientistas brasileiros com vistas à exploração da mão de obra, a negação da reforma agrária, a convivência com a seca e a fome, temáticas afins e de estreita conexão com a desigualdade retratada por Rousseau no percurso deste artigo.

A Bagaceira do escritor José Américo de Almeida (1887–1980), inaugura esta secção por se tratar de obra cronologicamente mais distante. É romance que embasará este artigo no que concerne às questões agrárias, secas periódicas, fome, miséria, exploração e opressão social num reflexo da desigualdade entre os homens, abordados em um romance cujo cenário não difere em nada da obra que a precede nem às que a sucederão.

A história se dá entre 1898 e 1915, dois dos maiores períodos de estiagem por que passou o Nordeste brasileiro. Os personagens Valentim Pereira, Soledade e Pirunga se veem obrigados ao degredo e se retiram da terra que lhe abundava o pão de cada dia. Abandonam o sertão da fazenda Bondó e seguem rumo às regiões dos engenhos de cana, no brejo, buscando acolhida e sustento, fugindo do sol implacável. No Marzagão, engenho de propriedade de Dagoberto Marçau, encontram guarida. Lá conhecem o drama de um filho, Lúcio, que perdera a mãe no leito do seu parto, esposa de Dagoberto.

A história sórdida traz o romance de Lúcio e Soledade, abusada por Manoel Broca, o feitor do engenho. Valentim “limpa” a honra da filha assassinando o tal feitor. Lúcio, mesmo assim, se presta ao casamento com a amada Soledade o que provoca a ira de seu pai, Dagoberto. Quando a verdade vem à tona sabe-se que Soledade e Lúcio têm parentesco de segundo grau, são primos. Sabe-se, ainda, do mais grave dos fatos: não fora o feitor o autor da desonra, mas o próprio Dagoberto e o segredo é revelado por

Pirunga ao seu padrinho Valentim que lhe pede “vigiar” Dagoberto até o fim de sua reclusão, quando daria cabo do mal feito. Numa caminha a esmo o afilhado vinga o padrinho e mata Dagoberto. Mais tarde, noutra período de seca, aparece Soledade pedindo a guarda de Lúcio para o filho que tivera com Dagoberto.

A forma encontrada pelos autores nordestinos na concepção de suas obras literárias, trilham as caatingas e seus caminhos tortuosos em que a vida corre parada, sem perspectiva de um futuro digno das almas rachadas por sóis causticantes. Os retirantes misturam-se à paisagem de narrativas cruas, sempre fieis à uma realidade da qual não se pode fugir, convivendo no vai e vem das estiagens tão peculiares à região.

Assim vão-se tecendo as histórias ricas na destreza dos seus autores, pobres com o que trazem de incertezas, posto que as estações são imutáveis por estas paragens. Inverno e verão nunca se deram em seus compassos naturais, exigindo dos nordestinos a fé que os move ao plantio, em vigílias e romarias constantes aos santos de sua proteção e devoção. Na abundância dessa temática não se prescinde da exploração da terra que esconde em seu bojo a negação de uma política fundiária, débito secular da república brasileira desde os primórdios. Na Bagaceira encontramos a denúncia formalizada na saga dos retirantes onde José Américo demonstra que “os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade” (JOHNSON, 1999, p. 240).

A Velha República, o Estado Novo e a Nova República negam ao Brasil real aquilo que lhe é devido, a tão propalada Reforma Agrária, redenção de muitos dos males que têm a terra e sua propriedade em foco.

Era o êxodo da seca de 1898. Uma ressurreição de cemitérios antigos — esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres. Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas. Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados. Fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo. Adelgaçados na magreira cômica, cresciam, como se o vento os levantasse. E os braços afinados desciam-lhes aos joelhos, de mãos abanando (ALMEIDA, 1928, p. 98).

Raquel de Queiroz (1910) empresta sua obra *O Quinze* a mais um paralelo deste artigo com a desigualdade rousseuniana. O romance do qual se trata é quase que

autobiográfico de Raquel. Sua família sofreu com as agruras da estiagem que se abateu sobre o Nordeste e o Ceará, de modo específico, cenário da estória que se inicia por apresentar um romance entre Conceição e Vicente, com diferentes personalidades, gostos, modos, nível social e intelectual. A segunda parte trata da saga da família do vaqueiro Chico Bento, sua esposa Cordulina e filhos que serviam a Dona Maroca, fazendeira que se vê obrigada a soltar seu gado em busca de pasto, por ocasião da seca de 1915, dispensando os préstimos daquela família de trabalhadores. Sem emprego e sem dinheiro para adquirir passagens de trem, resolve Chico Bento ir à Fortaleza, capital do Estado, em busca da sobrevivência.

A caminhada de Quixadá à capital é longa e penosa. Nela se deparam com outras famílias de retirantes com quem se solidarizam na fome, sede e sofrimento ampliados pelo calor escaldante do sol. O parco alimento que conduziam não era mais que rapadura e farinha de mandioca, logo minguido pelas necessidades principalmente das crianças. O cadáver de uma vaca morta com mal dos chifres estava prestes a ser devorada por aqueles amigos de estrada. Assim se vêm forçados a dividir as sobras dos mantimentos com os novos amigos de penúria.

Pouco há de diferente entre os romances de Raquel e Graciliano. Os cenários e a dureza de uma vida exposta às incertezas e intempéries da vida são o pano de fundo dos dois romances. Neles, sobretudo, há a exploração da mão de obra, a apropriação das riquezas naturais concentradas em mãos portentosas em detrimento dos bolsões de pobreza formados brasis afora.

A agudeza e o sofrimento dos personagens em *O Quinze*, causa repugnância a quantos se deparam com a leitura do romance. Raquel pinta um quadro cruel e real das vidas desprovidas de dignidade e cidadania, por exemplo, com a passagem: - Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome!

Encostado ao mourão da porteira de paus corridos, o vaqueiro das Aroeiras aboiava dolorosamente, vendo o gado sair, um a um, do curral. A junta de bois mansos passou devagarinho. O velho touro da fazenda saiu arrogante. Garrotes magros, de grandes barrigas, empurravam as vacas de cria, atropelando-se. Até que a derradeira rês, a Flor do Pasto, fechando a marcha, também transpôs a porteira e passou junto de Chico Bento que lhe afagou com a mão a velha anca rosilha, num gesto de carinho e despedida. Da janela da cozinha, as mulheres assistiam à cena. Choravam silenciosamente, enxugando os olhos vermelhos na beira dos casacos ou no rebordo das mangas. Saída a última rês, Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como numa agudeza

de desesperança. Algumas reses, sem ir mais longe, começavam a babujar a poeira do panasco que ainda palhetava o chão nas clareiras da caatinga. Outras, mais tenazes, seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa, a cauda abanando lentamente as ancas descarnadas. Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho (QUEIROZ, 1993, p. 20).

Graciliano Ramos (1892-1953) encerra, com *Vidas Secas*, a série literária que ilustra e dá sustentáculo a este artigo. A obra nasce da reunião de contos antes publicados, agora divididos em treze capítulos que, ao longo da história, se concatenam tanto os motivos quanto os temas, traduzindo-se em uma única peça literária. À essa obra sucederá um recorte em Josué de Castro com sua *Geografia da Fome*, também servindo à ilustração dos fatos que conduzem um paralelo ao discurso de Rousseau quanto à origem da desigualdade entre os homens. Em “*Vidas Secas*” Graciliano apresenta traços da desigualdade sócio-econômica-política brasileira, retratando uma família de retirantes cujos personagens beiram a realidade pela agudeza e sensibilidade de sua obra literária, publicada em 1938. *Vidas Secas* é exaltada como uma obra das mais representativas da literatura brasileira que marca a escola modernista, sendo comparado ao russo Dostoievski.

Seu contexto regionalista expõe as agruras da estiagem do sertão nordestino, acentuada pela opressão social a que são submetidos homens e mulheres trabalhadores, subjugados pela arrogância dos que se apropriam das riquezas e dos meios de produção. É abrupto o modo que o autor expõe seus personagens retirantes, em um conto inquietante com a história do vaqueiro Fabiano (chefe da família), Sinhá Vitória, seus filhos e a cadela Baleia que esquelética e cambaleante chama a atenção do leitor como espelho do sofrimento daquela família de nordestinos jogados à própria sorte.

O cenário predominante é a caatinga que, culminando com a estiagem, transforma os personagens em nômades retirantes em constante ir e vir sem rumo certo buscando sobrevivência. Por conseguinte, esse anseio torna-se um ciclo. Ao problematizar a triste realidade das agruras e imutáveis condições de sobrevivência, a obra traça um perfil do Brasil das desigualdades regionais com acentuada conivência do Estado e a exploração dos coronéis com seus currais eleitorais ainda bem presentes em tempos de agora.

A agudeza da seca e sol causticante percorre por toda a obra. Não raro, cenas comoventes saltam aos olhos: “A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso

salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos. – Anda, excomungado”. (RAMOS, 1938, p. 8) a saga segue crudelíssima.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde. Tinham deixado os caminhos, cheios de espinho e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés. Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinhá Vitória esticou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acorrou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados ao estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a Sinhá Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinhá Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis. E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande. Ausente do companheiro, a cachorra Baleia tomou a frente do grupo. Arqueada, as costelas à mostra, corria ofegando, a língua fora da boca. E de quando em quando se detinha, esperando as pessoas, que se retardavam. (RAMOS, 2008, p. 8-9).

Dos romances de José Américo, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos à *Geografia da Fome*, obra científica de Josué de Castro (1908-1973) certamente nascida de suas inquietações de médico e nutrólogo, além de professor, cientista social e escritor, muita tristeza, melancolia e indignação se represaram nas páginas desse artigo. Daqui por diante a seara observada será a Geografia da Fome onde Josué de Castro aponta os malefícios da concentração de renda e de terra, a usurpação do homem, e sugere saídas à grave problemática da fome conforme afirmativa em editorial da Folha de Pernambuco, Recife (PE), 21 de outubro de 2005: “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens contra outros homens”.

Naquele mesmo editorial do vespertino pernambucano, tratando dos 60 anos de existência da Food and Agriculture Organization (FAO), entidade vinculada à ONU e que funciona em Roma desde 1951, têm-se a opinião do senegalês Jacques Diouf, à época diretor do órgão afirmando, sobre a fome que a FAO não conseguira erradicar, sendo seu principal objetivo, que:

É possível fazê-lo, desde que as nações ricas aumentem os investimentos em programas de desenvolvimento agrícola. Tais países destinam cerca de US\$ 975 bilhões, anualmente, para gastos militares, enquanto os que são direcionados para o combate à pobreza restringem-se a US\$ 80 bilhões no mesmo período (Folha de Pernambuco, editorial, p. 2, out. 2005).

Melhor que qualquer resumo que se possa imaginar da *Geografia da Fome - O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço* é o artigo de André Mayer enquanto professor da Universidade de Paris e ex-Presidente do Conselho Executivo da FAO, incorporado como prefácio à nona edição (revisada) da obra josuelina, demonstrando a grandiosidade das pesquisas e teses além do comprometimento de Castro com a causa dos explorados e despossuídos mundo afora:

Seu livro não é apenas uma coletânea sistemática de fatos instrutivos. É uma obra profundamente atraente porque é eminentemente viva. Ninguém poderá esquecer, depois de as ter lido, as páginas em que o autor nos conta a tragédia dos seringueiros alquebrados pelo beribéri, engolidos na voragem da floresta amazônica, nem aquelas em que nos descreve a seca alastrando-se pelo sertão do Nordeste brasileiro, esterilizando as terras, matando os animais, expulsando os homens. Ou então as páginas em que nos narra a história impressionante dos colonos destruindo progressivamente a floresta do mesmo Nordeste, para plantar a cana-de-açúcar e deixando-se iludir pela atração do lucro, até suprirem as próprias culturas de sustentação e destruírem aquelas mesmas populações que edificavam sua fortuna (CASTRO, 1984 p. 16).

Vale, neste parágrafo, transcrever em sua íntegra o artigo do médico sanitarista Djalma Agripino de Melo Filho, publicação da revista *Perfis parlamentares*, edição de número 52 – Brasília, 2007, destacando Castro e sua obra:

“A filósofa húngara, Agnes Heller, diz na *Filosofia Radical* que a recepção da filosofia pode se dar de forma completa ou parcial. Nesta última, ela reflete sobre como se deve pensar, ou agir ou viver”. Efetivamente, Josué de Castro se apropriou da filosofia para pensar e agir. Como guia da produção do conhecimento, ela o livrou de todas as amarras que enclausuravam os campos dos saberes particulares, com seus objetos bem recortados, rigorosos, mas distanciados cada vez mais do mundo real. A engenharia josuelina ergueu pontes entre esses saberes, medicina, nutrição, economia, sociologia, antropologia, geografia, história, ecologia; construindo a transdisciplinaridade. A rigor, o olhar de Josué de Castro sobre o mundo era um olhar filosófico, somente esse tipo de observatório lhe proporcionou produção de um

conhecimento mais integral e mais universal. Esse olhar encontra-se presente, por exemplo, na *Geografia da Fome* e na *Geopolítica da fome*.

A publicação do Perfil Parlamentar, escrito de forma brilhante por Marcelo Mário de Melo e Teres Cristina Wanderley Neves, admiradores e seguidores do pensamento de Josué de Castro, revela o outro tipo de recepção filosófica, aquela vinculada com o agir, ou seja, a recepção política, que segundo Agne Heller deve ser entendida aqui em sentido lato e significa toda atividade imediatamente dirigida à transformação, à modificação ou a reforma da sociedade.

Percebe-se neste Perfil a amplitude da ação política. Aqui novamente a filosofia o guiou para que nada de natureza particular, seja classe, raça, povo, sexo, pudesse ocupar o lugar do valor supremo e universal: Humanidade. Foi nessa direção que caminhou a vida toda, seja defendendo a paz e a reforma agrária seja lutando contra a fome. No Livro negro da fome, ele chama a atenção para o fato de que os órgãos das Nações Unidas, povoados de excelentes técnicos que põem o valor Humanidade no centro de projetos, ainda se movem (como ainda se pode verificar) pelos interesses particulares dos Estados, adiando a construção do que os filósofos Apel e Habermas chamam de "comunidade ideal da comunicação". Esse fato o angustiava e se estivesse vivo poderia observar que a chamada Globalização, mais uma vez, reforçou esses interesses particulares em detrimento da satisfação universal das necessidades básicas. Os leitores do século XXI, ao conhecerem os passos do Josué de Castro político, perceberão a atualidade de seus discursos e de seus valores. Ainda é necessário, mais do que nunca, mergulhar no pensamento josuelino e dali fazer recepções totais ou parciais para pensar, agir e viver. "Se agirmos assim, os futuros habitantes da Terra serão gratos a todos nós".

5.1 A ELITE, O ATRASO E OS GOLPES

A elite brasileira repele os avanços sociais da nação brasileira em todas as versões da república brasileira desde a Velha (ou Primeira) República com suas nuances entre a República da Espada e a Oligárquica, passando pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, chegando à Terceira República, período que inicia com afastamento de Getúlio no pós-guerra, em 1945, encerrado com o golpe militar de 1964. Já nos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, na República da Espada houve crise

econômica patrocinada pelas elites eclodindo em conflitos a exemplo da Revolução Federalista e a Revolta da Armada.

No período da República Oligárquica acentua-se a pressão da elite cafeeira paulista aliada à elite mineira, mais alcunhada como “política do café com leite”, marcando o surgimento do coronelismo nas diversas regiões brasis afora. Esse fato provoca o atraso nas relações sociais abrindo um fosso entre classes. É marcante a influência que as elites exercem sobre a política brasileira, patrocinando golpes, depondo governos e negando ganhos sociais conquistados, mais das vezes, com sangue, suor e lágrimas. Some-se a tudo isso a entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro, como mostra o uruguaio Eduardo Galeano (1940–2015) em as *Veias Abertas da América Latina*, no capítulo intitulado *Dentes de ferro sobre o Brasil*, quando denuncia a forma como se deu o golpe de 64 que, a bem da verdade, se inicia lá no final do governo de Getúlio Vargas, em 1954.

O aço é produzido nos centros ricos do mundo, o ferro nos subúrbios pobres; o aço paga salários de ‘aristocracia operária’, e o ferro, diárias de mera subsistência [...]. Pelo ferro que compram do Brasil e da Venezuela, os Estados Unidos pagam menos do que pelo ferro extraído de seu próprio subsolo. Mas esta não é a chave da ânsia norte-americana de apossar-se de jazidas de ferro no exterior: a posse ou o controle das minas fora de suas fronteiras constitui, mais do que um negócio, um imperativo da segurança nacional. O subsolo norte-americano, como vimos, já se exaure. Sem o ferro não se faz o aço, e 85 por cento da produção industrial dos Estados Unidos, de uma forma ou de outra, contém aço. Quando, em 1969, reduziram-se os fornecimentos do Canadá, houve um imediato aumento das importações da América Latina (GALEANO 2012, p. 148).

O capítulo “O subsolo também produz golpes de estado, revoluções, histórias de espionagens e aventuras na floresta amazônica” aponta manobras dos cartéis americanos em sua narrativa. Segundo Galeano o diretor da George Humphrey, diretor presidente da Hanna Mining Co. (que havia incorporado a Saint John), era homem influente no governo dos EUA, secretariava o Tesouro Americano, além de ser diretor do banco oficial para financiamento de operações de comércio exterior, o Eximbank, fato que aumentou a pressão sobre os governos brasileiros até a eclosão do golpe. Outra coincidência é que:

No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co. Outro amigo anterior do embaixador dos Estados Unidos, o

presidente Eurico Dutra (1946-51), concedera à Bethlehem Steel, alguns anos antes, os 40 milhões de toneladas de manganês do estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 4 por cento para o Estado sobre as rendas da exportação. [...] A Hanna não havia escolhido mal seu estado-maior. O bombardeio se tornou cada vez mais intenso para que fosse reconhecido à Hanna o direito de explorar o ferro que, a rigor, pertencia ao Estado. Em 21 de agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as ilegais autorizações estendidas a favor da Hanna e restituía as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Quatro dias depois, os ministros militares obrigaram Quadros a renunciar: “Forças terríveis se levantaram contra mim...”, dizia o texto da renúncia (GALEANO, 2012, p. 132).

6 CONCLUSÕES

Este artigo se conclui ratificando que na abordagem sobre a República de Genebra, ficam claras, as razões pelas quais Rousseau foi instigado a ela dedicar seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Em contrapartida tem-se que na república brasileira há enorme divergência quanto às razões morais, políticas e providenciais. As razões morais, em Genebra, tinham a virtude individual idêntica à social; lá havia unidade acentuada entre governantes e governados; o homem é livre; a lei, com sua autoridade, não abre exceção a nenhum privilégio; a ancianidade da lei fia sua adaptação ao povo que, de sua parte, está muitíssimo adaptado a ela.

Nas razões políticas de Genebra não cabia ambições quanto aos seus vizinhos e vice-versa; o direito de legislação genebrino era comum a todos os cidadãos, mas reserva-se aos magistrados o direito de propor leis. Isso concorria para se evitar erros crassos: o erro de Roma que excluía magistrados do poder de legislar; o de Atenas que conferia ao magistrado poder absoluto. Por último têm-se as razões providenciais onde Genebra contava com amenidades em sua região e seu clima, além de um solo rico.

No Brasil nada há comparativamente à república genebrina decantada por Rousseau, seja em quaisquer das razões apontadas pelo filósofo, excetuando-se a identidade entre a virtude individual com a social, na média da sociedade, exemplificando-se as razões morais. Já nas razões políticas, como se pode ratificar em Galeano, há a velha cobiça de Washington por nossas riquezas e reservas minerais que, mediante os vários golpes impetrados pelos EUA no Brasil e por toda América, denotam essa “eterna” cobiça.

Acerca das razões providenciais há afinidade com todas as suas imensuráveis riquezas minerais, além de uma fauna e flora exuberantes com suas riquezas biológicas em biomas só existentes por brasis afora.

RESUMEN

El objetivo del presente artículo fue tratar un tema filosófico tan relevante como el Discurso sobre el origen y los fundamentos de la desigualdad entre los hombres, obra de Jean Jaques Rousseau, filósofo contractualista, que atribuye la creación de la propiedad privada como la primera causa del origen de la desigualdad. Buscamos en la obra El manifiesto comunista, de Karl Marx, la fundamentación necesaria a la propuesta de este artículo. Enfocamos la realidad brasilera con recortes en la literatura de Jose Américo de Almeida, Raquel de Queiroz y Graciano Ramos, como "sociólogos y novelistas del hambre en Brasil", para una lectura de la realidad del Noreste brasilero, visto a partir del concepto de desigualdad en Rousseau. Finalmente, encontramos en Eduardo Galeano, en su obra Las venas abiertas de América Latina, los conceptos y análisis para comparar la virtuosa República de Ginebra con las vicisitudes de la República de Brasil. En esta dirección, se verifican en los escenarios literarios la rectificación de la exquisita obra del filósofo genebrino.

Palabras claves: Rousseau. Desigualdad. Hambre. Propiedad privada. Sertón nordestino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 13^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10^a. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

JONHSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Disponível na internet: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acessado em: 30 de jun. 2016.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. 70^a. ed. São Paulo: Siciliano, 1993.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 16^a. ed. São Paulo: Martins, 1967.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. II vol. São Paulo: Nova Cultural, 1997.